

# MPE ajuíza nova ação contra Estado e a FHS

Motivo, segundo o Ministério Público Estadual, é a falta de antibióticos no Hospital Governador João Alves Filho



## ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

**Karla Pinheiro**

O Ministério Público de Sergipe ajuizou mais uma Ação Civil Pública (ACP) em face do Estado de Sergipe e Fundação Hospitalar de Saúde (FHS). O motivo é a falta de antibióticos no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), situação que já ocorre há cerca de dois anos. A ACP pede que o Estado e FHS, no prazo emergencial de 48 horas, forneçam os medicamentos que estão em falta, regularize o abastecimento da farmácia e faça um planejamento para que o estoque do hospital atenda a demanda e não haja mais o desabastecimento. A multa diária para o descumprimento é de R\$5 mil.

Ação foi movida mediante denúncia dos médicos infectologistas do HGJAF em virtude da falta de medicamentos antimicrobianos essenciais para o tratamento de pacientes com bactérias multiresistentes nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e enfermarias. Os profissionais alegam que a situação coloca em risco a vida do paciente e a saúde pública, aumenta a mortalidade institucional, o tempo de permanência do paciente no hospital, o consumo de medicação, consequentemente, aumenta o custo do tratamento.

“A representação partiu das

denúncias que o MPE recebeu por parte da direção clínica do HGJAF diante de denúncias formadas pelos médicos infectologistas sobre a irregularidade do abastecimento de antibióticos, reservados para o controle de infecção hospitalar. Este fato é extremamente grave, já que na denúncia é informado, inclusive, o risco de disseminação de germes multirresistentes no próprio hospital”, conta a promotora de justiça Euzamissano.

Diante dessas informações, o MPE realizou uma audiência, quarta-feira, 08 de maio, e os próprios infectologistas do Hospital João Alves reforçaram que medicamentos como

Polimixina B, Tigeciclina, Amicacinae Bactrin, em falta no hospital, não podem ser substituídos. “Foi passado também que o paciente que iniciar o tratamento e for interrompido por conta da inexistência do medicamento na farmácia do hospital, poderá correr risco de óbito e disseminação do germe na flora hospitalar”, explica a promotora.

### • Mais problemas

Outro problema apontado nas denúncias é sobre a dificuldade na realização dos exames laboratoriais microbianos, para identificação da bactéria. Isso ocorre pela falta de insumos e rea-



■ **Euza Missano:** "este fato é extremamente grave"

gentes no laboratório. Situação que dificulta no diagnóstico precoce e no tratamento adequado. "Como o MPE ajuizou uma ação desde o ano passado em face do Estado e da FHS, para que o laboratório tivesse abastecido com os insumos necessários e reagentes, nós informamos à entidade julgadora que o problema permanece para que de acordo com a legislação vigente não haja mais desabastecimento, dificultando o diagnóstico do paciente", informa a promotora Euza Missano.

A falta de leitos de isolamento foi outro problema apresentado pelos infectologistas. No HGJAF existem 17 leitos de iso-

lamento, mas não estão dentro das normas técnicas sanitárias, fato que expõe tanto o paciente infectado quanto outros pacientes que circulam pela unidade de saúde. Sobre essa questão, houve uma audiência ontem, 09 de maio, no MPE, e uma fiscalização da Vigilância Sanitária será requisitada juntamente ao órgão responsável. "Com relação a esse fato, ainda não houve judicialização pelo MPE, porque eu preciso confirmar esses fatos com a coordenação da Vigilância Sanitária local. O órgão vai ser oficiado para que faça a fiscalização. Sendo constatada a irregularidade, chamaremos a Fundação

“

Representação partiu de denúncias que o MPE recebeu”

**Euza Missano** |  
promotora de Justiça

e na hipótese de correção não haverá problema, mas se não houver, iremos judicializar”, ressalta a promotora.